

Proposta. Serão construídos quatro aterros, pagos pelo Estado. As prefeituras vão manter o serviço

SANDRA PACHECO/ARQUIVO

Governo do Estado quer acabar com lixões até 2010

Só 26 municípios destinam os resíduos sólidos, de forma correta, a três aterros sanitários

MAURÍLIO MENDONÇA
mgomes@redgazeta.com.br

■ Até 2010, lixões não devem mais fazer parte da realidade do Espírito Santo. Essa é a meta do governo estadual, que lançou ontem o programa Sem Lixão. Atualmente, o Estado conta 102 lixões, e apenas 26 dos 78 municípios destinam os resíduos sólidos, de forma correta, a três aterros sanitários.

Até o segundo semestre de 2009, o Estado pretende construir quatro novos aterros sanitários, além de três a quatro estações de transbordo - para onde os municípios vão enca-

minhar o lixo recolhido, todos os dias.

“Queremos ser o primeiro Estado a ter todo o lixo encaminhado para um tratamento correto, sem danos ao meio ambiente”, afirmou o vice-governador Ricardo Ferraço, na tarde de ontem.

Até lá terão que ser estabelecidos quatro consórcios entre os municípios. “Cada região terá um determinado número de estações de transbordo e um aterro”, explicou o secretário de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano, Rodrigo Chamoun.

INVESTIMENTO

O valor estimado pelo Estado - responsável por encontrar as áreas, construir os espaços e conceder os serviços - é de até R\$ 12 milhões por região.

O município fica responsá-

vel pela coleta do resíduo e pela entrega na estação. O caminho do transbordo até o aterro fica a cargo da concessionária, que cobrará um valor de cada município pelo serviço. Esse valor é calculado em cima do peso de lixo transportado.

“Cada prefeitura interessada em participar do programa terá que destinar uma média de 1% do orçamento anual para a concessão, fora os custos com a coleta local e com a limpeza pública”, explicou Chamoun.

Sobre os incentivos para que cada prefeitura adquira caminhões adequados ao serviço, o vice-governador explicou que o Estado vai estudar como disponibilizar uma ajuda para isso. Em relação à coleta seletiva, Ferraço explicou que esse será o próximo passo.

Prefeituras terão que ajudar

■ Para que os lixões acabem, todas as prefeituras devem participar dos convênios que serão criados, um para cada região, e ajudar a manter o serviço, pagando pelo uso do aterro à concessionária. Mas será que a fiscalização do Estado vai aumentar em cima dos que continuam usando o lixão?

Segundo o vice-governador Ricardo Ferraço isso não será necessário. “Não acreditamos que os lixões serão mantidos,

quando o Estado passa a assumir uma atribuição que não é dele. O projeto ajuda os prefeitos e municípios, dando uma solução”.

A secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Maria da Glória Abaurre, garante que a fiscalização será mantida e a punição reforçada. “Temos leis contra poluição e os municípios terão que cumpri-las, principalmente porque não terão mais desculpas para destinar os resíduos corretamente”.

No ano passado, a Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim chegou a prometer um aterro, mas o projeto não saiu do papel: empresários da região não aceitaram o aterro no local escolhido pelo município.

Em São Mateus também há discordância sobre o local, definido pela prefeitura em fevereiro. Do outro lado, o Ministério Público proibiu o uso do lixão em 2006, mas até julho do ano passado ele continuava em uso.



REALIDADE ATUAL. Mais de 50 municípios despejam dejetos em 102 lixões

Lixões no Espírito Santo

Confira como é hoje e como vai ficar:

■ MAIORIA

Hoje, dos 78 municípios, 52 usam lixões para depósito de resíduo sólido. Apenas 26 deles jogam o lixo municipal em aterros ambientalmente corretos

■ NÚMERO

Ao todo são 102 lixões irregulares, contra apenas três aterros: um em Vila Velha, um em Cariacica, e um em Aracruz

■ DISTÂNCIA

Em Cachoeiro de Itapemirim é preciso percorrer até 130 quilômetros por dia, para depositar os resíduos sólidos em aterro adequado

■ BRASIL

Ao todo, 59% dos municípios brasileiros usam lixões e

apenas 12% têm aterro sanitário adequado

■ RECICLAGEM

Apenas 21 municípios do Estado têm um serviço de triagem e compostagem do lixo produzido, sendo que apenas em seis ele funciona (em 12 não operou e em três está desativado)

■ FUTURO

Serão criadas seis regiões no Estado e cada uma terá um aterro (com exceção da metropolitana, que terá dois), além de três a quatro estações de transbordo. Os três aterros atuais serão mantidos e outros quatro serão construídos

■ CUSTO

O Estado vai bancar a

implantação e construção de aterros e áreas de transbordo, com prefeituras bancando a coleta e o transporte do lixo, além de manter as concessões. Serão necessários uma média de 1% do orçamento municipal para pagar o serviço

■ OBRA

Deve começar até segundo semestre de 2009, com conclusão prevista para o final de 2010. Custo de até R\$ 12 milhões por concessão (aterro mais estações de transbordo)

■ ÁREA

O aterro deve cobrir uma área de até 30 mil m², com tempo de vida estimado em 20 anos; enquanto as estações terão cerca de 5 mil m² cada